

Pedágio na BR-356: cobrança chega antes da melhoria, e motoristas pagam a conta



O governo de Minas Gerais acaba de lançar o edital do projeto Via Liberdade, um plano ambicioso de concessão de rodovias que inclui a BR-356 e outras estradas essenciais para o turismo e a economia do estado. Mas, em meio a promessas de modernização e melhorias, um detalhe revolta motoristas e moradores: a cobrança de pedágios começará antes das obras de infraestrutura saírem do papel.

Quatro pedágios, nenhuma melhoria

A partir de janeiro de 2027, quem sair de Belo Horizonte em direção a Mariana ou Ouro Preto terá que desembolsar R\$ 11,16 para passar por quatro novos pontos de cobrança ao longo da BR-356, MG-262 e MG-329. Dois desses pedágios ficarão na BR-356, em Itabirito e Ouro Preto; os outros dois, na MG-262 (Acaiaca) e na MG-329 (Ponte Nova). No entanto, nenhuma obra significativa terá sido realizada até lá. O motorista pagará por uma rodovia que segue perigosa, sem duplicação e com infraestrutura precária.

O mais curioso? As cobranças acontecerão sem a instalação de praças físicas de pedágio. O governo afirma que o sistema automático vai agilizar o processo, mas na prática isso significa que nem mesmo a geração de empregos locais será um benefício da concessão.

Investimento bilionário, mas para quem?

O governo estadual afirma que o investimento total no projeto Via Liberdade será de R\$ 6 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões virão do acordo de reparação pelo rompimento da barragem de Mariana. O restante será responsabilidade da empresa vencedora do leilão, previsto para julho deste ano. O contrato de concessão, por sua vez, será assinado apenas em 2026, um ano antes do início da cobrança dos pedágios.

Ou seja, os motoristas pagarão para que a empresa tenha recursos para realizar as melhorias prometidas, sem garantia de que essas obras ocorrerão no prazo e na qualidade esperados.

A promessa de segurança versus a realidade atual

O secretário estadual de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Barros, defende que a duplicação da BR-356 e as modernizações das rodovias reduzirão os acidentes em até 45%, e as mortes

no trânsito em 60%. Mas, até que essas melhorias ocorram, o governo parece disposto a cobrar da população por estradas que continuarão oferecendo riscos.

Se há urgência para a concessão, por que não há urgência para a entrega das melhorias antes da cobrança do pedágio? O modelo de concessão é usado em países turísticos como Espanha, Portugal, Alemanha e Itália, como lembrou o secretário de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira. Mas nesses países, a infraestrutura das rodovias já é de alto nível antes da implantação dos pedágios.

Minas Gerais no caminho certo?

Com um dos maiores potenciais turísticos do Brasil, Minas Gerais poderia estar investindo primeiro na infraestrutura para depois gerar receita com pedágios, e não o contrário. Ao cobrar por uma estrada em más condições, o governo transfere a conta para os motoristas e turistas, que podem se desmotivar a visitar cidades históricas como Ouro Preto e Mariana.

O projeto Via Liberdade pode até prometer desenvolvimento, mas, por enquanto, o que se vê é uma conta salgada para quem depende dessas rodovias diariamente. Resta saber se a população aceitará pagar adiantado por uma promessa que ainda não saiu do papel.